

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Hopper e Thompson (1980), em seu clássico artigo "Transitivity in Grammar and Discourse", resgatando a concepção tradicional, analisam a transitividade como uma propriedade global da oração inteira, de tal modo que uma atividade é "transferida" de um agente para um paciente. Isso significa que tal noção envolve, pelo menos, dois participantes e uma ação que é efetivada de alguma forma.

Com base nesse pressuposto, num primeiro passo, procuram isolar os vários elementos componentes do que concebem como transitividade. Levantam dez parâmetros, cada um dos quais sugere uma escala segundo a qual as sentenças podem ser classificadas em transitivas mais ou menos típicas. Desses traços, alguns focalizam mais de perto o verbo e outros, seus argumentos: o sujeito e o objeto.

Para ilustrar, considerem-se as seguintes estruturas do português:

(1) João { chutou } Maria de propósito.
 { mordeu }
 { derrubou }

De acordo com as características destacadas pelos autores, (1) exemplifica sentenças transitivas típicas. Em primeiro lugar, porque portam verbos "de ação", verbos estes que envolvem dois argu

mentos: o sujeito, João, e o objeto, Maria. Ações podem ser efetivamente "transferidas" de um agente a um paciente, estados não. Além disso, para que realmente haja "transferência", é necessária a presença de, pelo menos, dois participantes. Confrontem-se (1) com (2) - (3) abaixo:

(2) a) Joana saiu cedo.

b) Há um homem no jardim.

(3) Pedro $\left\{ \begin{array}{l} \text{conhece} \\ \text{sabe} \end{array} \right\}$ a matéria.

Em (2) as orações apresentam apenas um participante e em (3) os verbos são assinalados como [- ação]. Comparando-se (1) com (3), por exemplo, percebe-se que, de fato, algo aconteceu com o objeto das primeiras sentenças, Maria, diferentemente do que ocorre com a matéria, no último caso.

Ainda com referência a (1), verifica-se que as orações são afirmativas e os verbos estão flexionados no pretérito perfeito do indicativo. Ou seja: segundo os critérios estabelecidos pelos lingüistas mencionados, essas estruturas são marcadas como [+ "realis"] (que se opõe a "irrealis"), quanto ao modo, e [+ perfectivo], quanto ao aspecto. Uma ação codificada como não tendo ocorrido ou como ocorrendo num mundo contingente é menos eficaz que aquela cuja ocorrência é codificada como correspondendo diretamente a eventos reais. Essas distinções ficam claras ao se opor (1) a (4):

	<u>Oração mais transitiva</u>	<u>menos transitiva</u>
a) "chinese"	ação	não-ação
b) aspecto	perfectivo	não-perfectivo
c) pontualidade	pontual	não-pontual
d) afirmação	afirmativa	negativa
e) modalidade	"realis"	"irrealis"
f) participante	2 ou mais participantes	1 participante

A seguir, merecem destaque, para os objetivos deste estudo, os traços que os lingüistas referidos apresentam para caracterizar cada um dos participantes envolvidos na noção de transitividade. Para eles, numa oração transitiva prototípica, um dos argumentos do verbo, o sujeito, semanticamente deve ser um agente típico, isto é, um iniciador/controlador consciente da ação verbal (Cf. também Givón (1984:20-21), marcado com o traço [+ volitivo]. É, pois, um participante que ocupa uma das posições mais elevadas numa hierarquia de agentividade.

Para esclarecer o que se compreende por tal hierarquia, cito a escala apresentada pelos autores em pauta (o. cit. p. 272):

(7) Hierarquia de Agentividade

1ª pessoa > 2ª pessoa > 3ª pessoa > nome próprio >
humano > animad. > inanimado

Mencionando-se, ainda, o ponto de vista de Givón (1984: 107)

com referência a tal noção, percebe-se que também esse lingüista considera a agentividade como um conceito escalar, que inclui um conjunto de propriedades. Cada uma delas, por sua vez, também é concebida como uma escala. Desse modo, para Givón, um agente canônico apresentaria o traço mais à esquerda de cada uma das características abaixo arroladas:

(8) Propriedades Referentes à Noção de Agentividade

- a) Humanidade: humano > animado > inanimado > abstrato
- b) Causação: causa direta > causa indireta > não-causa
- c) Volição: forte intenção > intenção fraca > não-voluntário
- d) Controle: controle evidente > controle menor > não-controle.
- e) Saliência: muito óbvio/saliente > menos óbvio/saliente > não-óbvio/não-saliente

Um agente prototípico, portanto, é caracterizado como humano, causador/controlador deliberado, causa direta e óbvia. Ainda, segundo Givón, embora diferentes línguas possam fazer seus recortes em pontos diversos das escalas apresentadas, a direcionalidade delas em relação à agentividade é universal.

Analisando-se o sujeito de (1), vê-se que atende às propriedades acima apontadas. Isso já não seria verdadeiro para os sujeitos de (9) e (10), por exemplo, em que, respectivamente, faltam os traços [+ volitivo] e [+ agente]:

(9) Pedro esqueceu-se do meu aniversário.

(10) A menina sofreu com a sua partida.

Focalizando, por fim, o objeto das estruturas transitivas canônicas, Hopper e Thompson realçam que, semanticamente, ele deve ser um paciente típico, isto é: bem individuado e totalmente afetado pela ação. Portanto a proporção em que um objeto é realmente atingido pelo evento pode criar variações que se manifestam no maior ou menor grau de transitividade da estrutura como um todo. Acrescente-se, ainda, o fato de que o componente "individuação" refere-se tanto à distinção do paciente em relação ao agente, isto é, ambos devem referir-se a entidades diferentes, como em relação à sua própria classe. Apoiando-se em Timberlake (1975,1977), os autores citam como objetos mais individuados aqueles que atendem às propriedades alistadas abaixo, à esquerda, em confronto com as da direita (Cf. op. cit. p. 253):

(11) <u>Individuado</u>	<u>Não-individuado</u>
próprio	comum
humano, animado	inanimado
concreto	abstrato
singular	plural
contável	não-contável
referencial, definido	não-referencial

Em suma: a noção de individuação refere-se ao grau em que um objeto é particularizado e visto como uma entidade específica, distinta da sua classe. (Cf. op. cit. p. 286).

As estruturas de (1) atendem aos pressupostos acima referidos com relação ao segundo participante, o paciente, o que já não se verifica na seguinte frase:

(12) Pedro feriu-se com a faca.

O pronome reflexivo, na função de objeto de (12), remete-nos ao mesmo referente do SN sujeito, sugerindo, assim, uma perda no que concerne à particularização/distinção entre os dois participantes. Logo, de acordo com esse critério, (12) deve ser alocada, numa escala de transitividade, numa posição diferente de (1), sentença transitiva prototípica.

Sintetizando os fatos arrolados nesta seção, verifica-se que cada um dos componentes da Transitividade (concebida por Hopper e Thompson como uma propriedade global da estrutura como um todo, conforme já assinalado) focaliza uma faceta diferente da efetividade e da intensidade com que uma ação é "transferida" de um participante a outro, de modo que temos uma escala, uma gradação, quando se trata de caracterizar uma sentença como transitiva.

Questões poderiam ser levantadas quanto à pertinência, ou não, de se considerar exatamente esses parâmetros mencionados ou, ainda, quanto à possibilidade de alguma redundância entre eles, como no caso das noções de agentividade e volição. No entanto, para os objetivos deste texto, será suficiente partir dos traços acima discutidos, principalmente dos que concernem ao objeto, aos quais vou-me ater mais especificamente. Para o estudo das construções de "objeto incorporado", a que vou proceder na próxima seção, tais elementos fornecem um subsídio adequado e satisfatório.